

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	2.310	2.220	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (8)	2.310	2.220
DISPONIBILIDADES NO BANCO OPERADOR (4)	2.117	528	Recursos FUNDAPSOCIAL (8)	22.046	22.046
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (5)	193	1.692	Governo do Estado do Espírito Santo	18.745	18.745
Repasses Interfinanceiros	193	1.692	Doações e Subvenções para Investimentos	209	209
Devedores por Repasses a Agentes Financeiros	193	1.692	Valores destinados - Decreto 3194-R	3.092	3.092
TOTAL DO ATIVO	2.310	2.220	Resultados Acumulados	(19.736)	(19.826)
			Resultados Acumulados	(19.826)	(20.186)
			Resultado do Exercício	90	360
			TOTAL DO PASSIVO	2.310	2.220

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos Governo do Estado do Espírito Santo	Resultados Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2015	28.746	(20.186)	8.560
- Ingressos de Recursos			
Destinados das empresas do FUNDAP	(6.700)	-	(6.700)
- Resultado do Exercício	-	360	360
SALDOS EM 31/12/2016	22.046	(19.826)	2.220
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2016	(6.700)	360	(6.340)
SALDOS EM 31/12/2016	22.046	(19.826)	2.220
- Resultado do Exercício	-	90	90
SALDOS EM 31/12/2017	22.046	(19.736)	2.310
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2017	-	90	90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
1 - RENDAS OPERACIONAIS		
De Recursos Disponíveis no Banco Operador (4)	90	360
3 - RESULTADO DO EXERCÍCIO	90	360

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

MÉTODO DIRETO	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Remuneração do Disponível	90	360
Retorno dos Repasses Interfinanceiros	1.499	3.958
Caixa gerado nas Atividades Operacionais	1.589	4.318
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Opções Empresas do FUNDAP	-	(6.700)
Caixa gerado nas Atividades de Financiamento	-	(6.700)
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa (+) SALDO INICIAL	1.589	(2.382)
SALDO FINAL	2.117	528

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL - é um fundo público de natureza financeira, sem personalidade jurídica, instituído pela Lei Estadual nº 7.829, de 9 de julho de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 1.366-R de 12 de agosto de 2004.

O Fundo tem por objetivo apoiar financeiramente micro e pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços, micro empreendedores, inclusive do setor informal, e projetos sociais e culturais.

Os recursos disponíveis do FUNDAPSOCIAL são geridos pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, cabendo-lhe a sua representação ativa e passiva. Esses recursos são oriundos das opções das empresas mutuárias do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP, na forma do art. 3º do Decreto nº 1.366-R de 12 de agosto de 2004, das parcelas do retorno dos financiamentos concedidos, dos encargos financeiros contratados, dos juros moratórios nas operações realizadas e da remuneração paga pelo BANDES sobre os recursos não aplicados em financiamentos, entre outros.

O Comitê Executivo do FUNDAPSOCIAL - COMEF, criado pelo art. 3º da Lei nº 7.829 de 09 de julho de 2004, possui competência para regular e estabelecer políticas de aprovação e aplicação dos recursos do Fundo.

Em 06 de fevereiro de 2014 foi publicado o Decreto 3524-R que autoriza a subscrição, pelo Estado do Espírito Santo, de ações emitidas pelo BANDES mediante utilização dos recursos do FUNDAPSOCIAL.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

3. Principais práticas contábeis adotadas

- O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios;
- As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica;
- O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.
- A moeda funcional utilizada pelo FUNDAPSOCIAL é o Real, mesma moeda de apresentação destas Demonstrações Contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de Reais.

e. Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão em 15 de março de 2018 pela Administração (Fundamento: Decreto nº 1366-R de 12/08/2004, Capítulo II, Artigo 6º).

4. Disponibilidades no Banco Operador

O saldo de R\$ 2.117 (R\$ 528 em 2016) refere-se aos recursos depositados no Banco Operador (BANDES), enquanto não aplicados em operações de créditos e financiamentos, são remunerados mediante a aplicação de taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

No exercício de 2017 o Fundo recebeu R\$ 90 (R\$ 360 em 2016) a título de remuneração dos recursos disponíveis.

5. Relações Interfinanceiras

Representam o saldo repassado ao agente financeiro credenciado (BANDES). As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de rendas de repasses interfinanceiros.

Os repasses aos agentes financeiros são remunerados conforme informações a seguir:

Remuneração	Linha/Agente Financeiro	Saldo das Operações (R\$)		% de Representatividade	
		2017	2016	2017	2016
0%	Giro Exclusivo BANDES	-	R\$ 6	-	0,36
0%	Giro Exclusivo II BANDES	R\$ 103	R\$ 521	53,37	30,79
0%	Empreendedor Pessoas Jurídicas Profissionais Liberais BANDES	R\$ 85	R\$ 1.109	44,04	65,54
0%	BANDES - FUNDAPSOCIAL NOSSOCRÉDITO - Investimento Fixo e Misto	-	R\$ 2	-	0,12
0%	1. FUNDAPSOCIAL/ Patrimônio Arquitetônico - BANDES	R\$ 5	R\$ 54	2,59	3,19
TOTAL		R\$ 193	R\$ 1.692	100,00	100,00

6. Remuneração do Banco Operador

A partir do exercício de 2016, conforme CI 93/2015 e Voto DIRAF 119/2015 os valores das despesas do FUNDAPSOCIAL inclusive a taxa de administração passaram a ser suportadas pelo Banco Operador.

7. Relações com Banco Operador

Detalhamento das operações com o Banco Operador.

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades no Banco Operador	2.117	528	-	-
Despesas de Administração	-	-	-	-
Rendas sobre Disponibilidades de Recursos	-	-	90	360

8. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FUNDAPSOCIAL em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 2.310 (R\$ 2.220 em 2016). Os Recursos representam, conforme estabelecido no art. 3º do Decreto nº 1366-R de 12 de agosto de 2004, valores alocados pelas empresas mutuárias do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP, bem como, outros recursos oriundos de doações e convênios que totalizam R\$ 22.046.

AROLD NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do FUNDAPSOCIAL – FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDEIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS (Instituído pela Lei Estadual nº 7.829/2004, e regulamentado pelo Decreto nº 1.366-R/2004 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A. - BANDES).
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDAPSOCIAL - Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDAPSOCIAL - Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

O Balanço Patrimonial indica um prejuízo acumulado de R\$ 19.736 mil em 31 de dezembro de 2017. Conforme Nota Explicativa nº 8, este Fundo não recebeu repasses do Governo do Estado do Espírito Santo. Esses eventos ou condições, juntamente com a redução das atividades operacionais do Fundo, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 - T - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS - 71.505/O-3 - "T" - SP
Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS - 059.628/O-2 - S - SP
Responsável Técnico